REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

REPRESENTATIVIDADE TIPOLÓGICA E A INTERFACE ENTRE FONOLOGIA E MORFOLOGIA: FUNDAMENTOS PARA UM NOVO MODELO TEÓRICO

TYPOLOGICAL REPRESENTATIVENESS AND THE PHONOLOGY-MORPHOLOGY INTERFACE: FOUNDATIONS FOR A NEW THEORETICAL MODEL

Linguística & Letras e Artes • 13/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794525647

Robert Marcos Moreira dos Santos[1]

Gabriel Dias Vidal Azevedo[2]

Gilha Crispim Cardoso dos Santos[3]

Bruna Santos Pereira[4]

Vania Alves Beneveli[5]

RESUMO

O estudo da interface entre fonologia e morfologia ocupa posição central na Linguística por investigar as relações entre dois componentes fundamentais da arquitetura gramatical. Apesar dos avanços proporcionados por modelos como a Fonologia Lexical, a Morfologia Prosódica, a Teoria da Otimalidade, a Morfologia Distribuída e a Morfologia Construcional, grande parte dessas abordagens foi elaborada a partir de um conjunto tipologicamente restrito de línguas, o que suscita questionamentos acerca do alcance explicativo de suas generalizações diante da crescente documentação de línguas historicamente sub-representadas. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo discutir em que medida a incorporação sistemática de evidências provenientes de línguas subdocumentadas demanda a reformulação dos modelos contemporâneos da interface fonologia–morfologia. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada em uma revisão crítica e integrativa da literatura especializada em fonologia, morfologia, tipologia e documentação linguística. A análise evidencia que fenômenos como alomorfia condicionada fonologicamente, harmonia vocálica, reorganização tonal, reduplicação prosódica e processos morfofonológicos complexos desafiam concepções que tratam fonologia e morfologia como componentes rigidamente delimitados. Com base nessas evidências, propõe-se o Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia (MTSIFM), estruturado sobre os princípios da representatividade tipológica, da variabilidade estrutural, da integração dinâmica, da abertura empírica e da revisão contínua. Conclui-se que a representatividade tipológica deve ser compreendida não apenas como um critério metodológico para a seleção de dados, mas como um requisito epistemológico para a formulação de modelos linguísticos capazes de representar, de

maneira mais abrangente, a diversidade estrutural das línguas humanas.

Palavras-chave: Interface fonologia-morfologia; Diversidade tipológica; Representatividade tipológica; Línguas subdocumentadas; Modelos linguísticos.

ABSTRACT

The phonology–morphology interface occupies a central position in Linguistics by investigating the relationship between two fundamental components of grammatical architecture. Although significant advances have been achieved through frameworks such as Lexical Phonology, Prosodic Morphology, Optimality Theory, Distributed Morphology, and Construction Morphology, most of these approaches were developed from a typologically restricted set of languages, raising questions about the explanatory scope of their generalizations in light of the growing documentation of historically underrepresented languages. Against this background, this article examines the extent to which the systematic incorporation of evidence from underdocumented languages requires a reformulation of contemporary models of the phonology–morphology interface. The study adopts a qualitative, theoretical, and bibliographic approach based on a critical and integrative review of the literature in phonology, morphology, linguistic typology, and language documentation. The analysis demonstrates that phenomena such as phonologically conditioned allomorphy, vowel harmony, tonal reorganization, prosodic reduplication, and complex morphophonological processes challenge conceptions that treat phonology and morphology as rigidly separated components. Based on these findings, the study proposes the Typologically Sensitive Model of the Phonology–Morphology Interface (TSMPI), grounded on the principles of typological representativeness,

structural variability, dynamic integration, empirical openness, and continuous revision. The article concludes that typological representativeness should be understood not merely as a methodological criterion for data selection, but as an epistemological requirement for developing linguistic models capable of more adequately accounting for the structural diversity of the world's languages.
Keywords: Phonology-morphology interface; Linguistic typology; Typological representativeness; Underdocumented languages; Linguistic models.

1. INTRODUÇÃO

A diversidade linguística constitui um dos maiores desafios para a formulação de modelos explicativos capazes de representar adequadamente a arquitetura da linguagem humana. Embora as últimas décadas tenham sido marcadas por avanços significativos na descrição das interfaces entre os diferentes componentes da gramática, a maior parte das teorias responsáveis por explicar tais interfaces foi desenvolvida a partir de um conjunto relativamente restrito de línguas, predominantemente pertencentes às famílias indo-europeias. Essa concentração empírica permitiu o refinamento de importantes modelos formais, mas também produziu um efeito epistemológico frequentemente negligenciado: a universalização de generalizações construídas sobre bases tipológicas limitadas.

Entre as interfaces gramaticais, a relação entre fonologia e morfologia ocupa posição particularmente relevante por evidenciar que a organização sonora das línguas não constitui apenas um mecanismo de realização fonética das formas gramaticais, mas participa ativamente da constituição das categorias morfológicas.

Processos como alomorfia fonologicamente condicionada, harmonia vocálica, espalhamento tonal, reduplicação, truncamento, epêntese, apagamento segmental e restrições prosódicas demonstram que fenômenos tradicionalmente classificados como fonológicos podem determinar a forma, a distribuição e, em determinados sistemas linguísticos, a própria existência de unidades morfológicas. Consequentemente, a interface fonologia–morfologia não pode ser compreendida apenas como um ponto de contato entre módulos independentes, mas como um domínio de organização gramatical caracterizado por diferentes graus de interdependência estrutural.

A compreensão dessa interface foi profundamente ampliada por propostas como a Fonologia Autossegmental (Goldsmith, 1976), a Fonologia Lexical (Kiparsky, 1982, 1985), a Morfologia Prosódica (McCarthy; Prince, 1993), a Teoria da Otimalidade (Prince; Smolensky, 2004), a Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993) e, mais recentemente, pelas abordagens construcionais da morfologia (Booij, 2012). Apesar das diferenças entre esses modelos, todos contribuíram para superar a concepção estritamente modular da gramática, demonstrando que processos fonológicos e morfológicos estabelecem relações sistemáticas durante a formação das palavras. Todavia, tais modelos compartilham uma característica metodológica que raramente recebe atenção explícita: foram elaborados, em grande medida, a partir da observação de um universo tipologicamente reduzido de línguas.

Essa constatação torna-se particularmente relevante diante do crescimento da documentação linguística nas últimas três décadas. A ampliação de programas internacionais dedicados ao registro e à descrição de línguas historicamente pouco investigadas permitiu

incorporar ao debate científico um conjunto expressivo de evidências provenientes de famílias linguísticas anteriormente marginalizadas na elaboração dos modelos teóricos. Como consequência, fenômenos morfofonológicos descritos em línguas amazônicas, papuas, caucasianas, australianas, athabaskanas, austronésias e africanas passaram a revelar configurações estruturais que frequentemente extrapolam os limites previstos pelas teorias clássicas da interface fonologia–morfologia. Em muitos desses sistemas, categorias fonológicas desempenham funções morfológicas altamente produtivas, enquanto processos morfológicos reorganizam profundamente a estrutura fonológica das palavras, indicando que a distribuição das responsabilidades entre esses componentes varia significativamente entre diferentes tradições linguísticas.

Essa ampliação do universo empírico tem implicações que ultrapassam a simples incorporação de novos exemplos à literatura especializada. Ela impõe uma reflexão epistemológica sobre os próprios critérios utilizados para construir modelos linguísticos. Durante grande parte da história da Linguística moderna, a robustez de uma teoria foi avaliada principalmente em função de sua consistência formal e de sua capacidade de explicar fenômenos observados em determinadas línguas de referência. Entretanto, à medida que cresce o número de descrições de línguas tipologicamente diversas, torna-se evidente que a validade de qualquer generalização depende também da representatividade empírica do conjunto de dados sobre o qual ela é construída. Em outras palavras, a diversidade tipológica deixa de constituir um aspecto periférico da investigação linguística para assumir papel central na avaliação do alcance explicativo das teorias.

É precisamente nesse contexto que se insere o presente estudo. Diferentemente de abordagens que tratam as línguas subdocumentadas apenas como fontes complementares de evidências, este artigo parte do pressuposto de que elas devem ocupar posição constitutiva na formulação dos modelos responsáveis por explicar a interface entre fonologia e morfologia. Defende-se que a representatividade tipológica não deve ser compreendida apenas como um critério metodológico para seleção de dados, mas como um requisito epistemológico para a construção de teorias linguísticas capazes de representar adequadamente a diversidade estrutural das línguas humanas.

Com base nesse pressuposto, o problema que orienta esta investigação pode ser formulado nos seguintes termos: em que medida a incorporação sistemática de evidências provenientes de línguas subdocumentadas exige a reformulação dos modelos contemporâneos que descrevem a interface entre fonologia e morfologia? Parte-se da hipótese de que numerosos fenômenos morfofonológicos observados nessas línguas não representam exceções aos modelos existentes, mas evidências de que a arquitetura da interface deve ser concebida como um domínio tipologicamente sensível, cuja organização emerge da interação entre diferentes componentes gramaticais e permanece continuamente aberta ao refinamento decorrente da ampliação do universo empírico analisado.

O objetivo geral deste artigo consiste em discutir de que maneira a documentação de línguas subdocumentadas contribui para a reformulação dos modelos contemporâneos da interface fonologia–morfologia. Especificamente, busca-se: (i) analisar criticamente os principais modelos teóricos responsáveis por explicar essa interface;

(ii) discutir o papel da representatividade tipológica na construção do conhecimento linguístico; (iii) examinar evidências morfofonológicas provenientes de diferentes famílias linguísticas que desafiam generalizações tradicionalmente aceitas; e (iv) propor um enquadramento teórico denominado Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia (MTSIFM), no qual a diversidade tipológica é concebida como princípio estruturante da elaboração e da validação dos modelos gramaticais.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, fundamentada em revisão crítica da literatura especializada em fonologia, morfologia, tipologia linguística e documentação de línguas. A análise articula obras clássicas responsáveis pela consolidação dos principais modelos de interface com pesquisas recentes dedicadas à documentação de línguas historicamente subrepresentadas, buscando identificar convergências, limitações e possibilidades de ampliação do alcance explicativo das teorias contemporâneas.

Além desta introdução, o artigo está organizado em seis seções. A primeira apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Em seguida, discute-se a evolução histórica dos principais modelos da interface fonologia–morfologia e suas bases empíricas. Na quarta seção, analisa-se o papel da representatividade tipológica na construção da teoria linguística. Posteriormente, são examinadas evidências provenientes de diferentes famílias linguísticas que ilustram a diversidade de configurações morfofonológicas documentadas na literatura recente. A sexta seção apresenta o Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia (MTSIFM), explicitando seus princípios, fundamentos e implicações para os estudos da interface. Por fim, as considerações finais

sintetizam as contribuições do trabalho e apontam perspectivas para pesquisas futuras.

2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, desenvolvida a partir de uma revisão crítica e integrativa da literatura especializada sobre a interface entre fonologia e morfologia, tipologia linguística e documentação de línguas. Diferentemente das revisões narrativas tradicionais, cujo objetivo consiste predominantemente em sintetizar conhecimentos previamente produzidos, este estudo adota uma perspectiva analítico-interpretativa voltada à identificação de lacunas conceituais, limitações epistemológicas e possibilidades de reformulação dos modelos contemporâneos que descrevem a interação entre os componentes fonológico e morfológico da gramática.

A escolha por uma abordagem qualitativa decorre da própria natureza do problema investigado. A questão central deste artigo não consiste em quantificar a ocorrência de determinados fenômenos linguísticos, mas em compreender como diferentes tradições teóricas interpretam a interface fonologia–morfologia e em que medida essas interpretações permanecem adequadas diante da crescente incorporação de evidências provenientes de línguas tipologicamente diversas. Trata-se, portanto, de uma investigação fundamentada na análise crítica de conceitos, pressupostos e modelos explicativos, cujo objetivo é discutir a relação entre diversidade empírica e construção teórica na Linguística contemporânea.

Sob esse enfoque, a revisão bibliográfica foi organizada segundo princípios de representatividade histórica, diversidade tipológica e relevância epistemológica. Inicialmente, foram selecionadas obras responsáveis pela consolidação dos principais modelos formais da interface fonologia–morfologia, incluindo estudos clássicos sobre Fonologia Autossegmental, Fonologia Lexical, Morfologia Prosódica, Teoria da Otimalidade, Morfologia Distribuída e Morfologia Construcional. Esses trabalhos constituem o núcleo teórico a partir do qual a literatura contemporânea passou a explicar os mecanismos de interação entre processos fonológicos e morfológicos.

Em um segundo momento, foram incorporados estudos dedicados à documentação linguística, à tipologia e à descrição de línguas historicamente subdocumentadas. Essa ampliação do corpus bibliográfico não teve como finalidade apenas diversificar o conjunto de exemplos apresentados ao longo do artigo, mas permitir a confrontação entre os pressupostos formulados pelos modelos clássicos e evidências provenientes de famílias linguísticas que tradicionalmente permaneceram à margem da elaboração das teorias gramaticais. Dessa forma, a documentação linguística é compreendida não apenas como fonte de novos dados empíricos, mas como instrumento de avaliação da capacidade explicativa dos próprios modelos teóricos.

A seleção das obras observou quatro critérios principais. O primeiro correspondeu à relevância histórica das publicações para a consolidação dos estudos sobre a interface fonologia–morfologia. O segundo consistiu na inclusão de pesquisas recentes voltadas à documentação de línguas subdocumentadas e à ampliação da representatividade tipológica da investigação linguística. O terceiro

privilegiou estudos que apresentassem descrições detalhadas de fenômenos morfofonológicos em diferentes famílias linguísticas, possibilitando a comparação entre sistemas estruturalmente distintos. Por fim, buscou-se incorporar trabalhos que discutem explicitamente as implicações epistemológicas da diversidade linguística para a formulação de generalizações e universais.

Embora a pesquisa tenha natureza essencialmente teórica, a análise foi conduzida a partir de evidências empíricas descritas na literatura especializada. Para isso, foram considerados exemplos provenientes de diferentes famílias linguísticas, incluindo línguas amazônicas, panoanas, tukanoanas, arawak, macro-jê, bantas, níger-congolesas, austronésias, papuas, caucasianas, athabaskanas e urálicas. A opção por essa diversidade não pretende construir uma amostra estatisticamente representativa das aproximadamente sete mil línguas atualmente existentes, mas assegurar uma cobertura tipológica suficientemente ampla para evidenciar diferentes formas de interação entre fonologia e morfologia. Nesse sentido, o critério de seleção não foi geográfico nem genealógico, mas funcional: foram privilegiadas línguas cujos sistemas morfofonológicos ilustram mecanismos pouco contemplados pelos modelos tradicionalmente fundamentados em línguas indo-europeias.

A estratégia analítica adotada desenvolveu-se em três etapas complementares. Na primeira, realizou-se a sistematização dos pressupostos fundamentais dos principais modelos da interface fonologia–morfologia, identificando suas bases empíricas, seus conceitos centrais e seus mecanismos explicativos. Na segunda etapa, esses pressupostos foram confrontados com descrições de fenômenos observados em línguas subdocumentadas, buscando identificar situações em que a diversidade tipológica amplia,

complementa ou tensiona as generalizações tradicionalmente aceitas. Finalmente, procedeu-se à integração dos resultados obtidos, culminando na formulação de uma proposta teórica que procura incorporar a representatividade tipológica como princípio estruturante da análise da interface entre fonologia e morfologia.

Importa ressaltar que o objetivo desta pesquisa não consiste em invalidar os modelos clássicos da Linguística, tampouco substituir as contribuições acumuladas pelas diferentes tradições teóricas. Ao contrário, parte-se do reconhecimento de que essas abordagens constituem marcos fundamentais para a compreensão da arquitetura gramatical. O que se propõe é ampliar seu alcance explicativo mediante a incorporação sistemática de evidências provenientes de línguas historicamente subrepresentadas, entendendo que a validade de qualquer modelo linguístico depende da diversidade empírica capaz de sustentá-lo.

Essa perspectiva conduz diretamente ao conceito central desenvolvido neste artigo: a representatividade tipológica. Mais do que uma característica desejável da pesquisa linguística, ela é concebida como um requisito epistemológico para a formulação de generalizações sobre a linguagem humana. Nessa concepção, teorias não são avaliadas apenas por sua consistência formal ou elegância descritiva, mas também por sua capacidade de explicar fenômenos observados em um conjunto tipologicamente amplo de línguas.

Reconhecem-se, entretanto, algumas limitações inerentes ao presente estudo. Por tratar-se de uma investigação teórica, a análise depende da qualidade e da abrangência das descrições disponíveis na literatura especializada, não envolvendo trabalho de campo nem

a construção de corpora próprios. Além disso, a enorme diversidade linguística mundial impossibilita contemplar todas as famílias existentes, razão pela qual os exemplos selecionados devem ser compreendidos como representativos de diferentes configurações estruturais, e não como um inventário exaustivo das possibilidades morfofonológicas conhecidas. Ainda assim, considera-se que a amplitude tipológica do conjunto analisado oferece bases suficientes para discutir criticamente o alcance dos modelos contemporâneos da interface fonologia–morfologia e fundamentar a proposta teórica apresentada nas seções subsequentes.

3. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INTERFACE FONOLOGIA–MORFOLOGIA: DOS MODELOS CLÁSSICOS ÀS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

A relação entre fonologia e morfologia ocupa posição central na teoria linguística desde o surgimento dos primeiros modelos estruturalistas. Embora esses componentes tenham sido frequentemente descritos como domínios relativamente autônomos da gramática, a análise das línguas naturais revelou, desde cedo, que a formação das palavras envolve processos nos quais propriedades fonológicas e morfológicas se condicionam mutuamente. A compreensão dessa interação, entretanto, modificou-se significativamente ao longo do desenvolvimento da Linguística, acompanhando mudanças nos pressupostos teóricos, nas metodologias de investigação e, sobretudo, na ampliação do conjunto de línguas consideradas na formulação das generalizações.

Nas primeiras décadas do século XX, o estruturalismo consolidou uma concepção da gramática baseada na segmentação dos diferentes níveis de organização linguística. Fonologia e morfologia

eram tratadas como componentes distintos, dotados de unidades próprias e de métodos específicos de descrição. A fonologia ocupava-se da identificação dos fonemas e das regularidades que governavam sua distribuição, enquanto a morfologia era responsável pela análise da estrutura interna das palavras e de seus processos de formação. Essa divisão metodológica representou importante avanço para a sistematização dos estudos linguísticos, permitindo a descrição rigorosa de diferentes sistemas. Contudo, também favoreceu uma visão compartimentalizada da gramática, na qual as interações entre níveis eram frequentemente interpretadas como fenômenos periféricos ou derivados.

A emergência da Gramática Gerativa, a partir da década de 1950, alterou profundamente esse cenário ao propor que a linguagem fosse compreendida como um sistema integrado de regras capazes de gerar um número potencialmente infinito de estruturas. Nesse contexto, a fonologia deixou de ser concebida apenas como descrição dos padrões sonoros superficiais e passou a integrar o conjunto de componentes responsáveis pela derivação das representações linguísticas. A obra *The Sound Pattern of English* (Chomsky; Halle, 1968) constituiu um marco nesse processo ao estabelecer uma arquitetura formal na qual processos fonológicos eram aplicados sobre representações morfológicas produzidas por regras sintáticas e lexicais. Ainda que esse modelo preservasse uma organização hierárquica relativamente rígida entre os componentes gramaticais, tornou-se evidente que a descrição dos fenômenos linguísticos exigia considerar relações cada vez mais estreitas entre estrutura fonológica e organização morfológica.

As limitações dos modelos lineares tornaram-se particularmente evidentes diante da descrição de fenômenos como harmonia

vocálica, assimilação não adjacente, processos tonais e padrões prosódicos complexos. Essas observações motivaram o desenvolvimento da Fonologia Autossegmental (Goldsmith, 1976), que introduziu uma representação multilinear da estrutura fonológica, permitindo descrever elementos cuja organização extrapolava a sequência linear de segmentos. Embora concebida para explicar problemas especificamente fonológicos, essa abordagem revelou que diversas operações tradicionalmente classificadas como fonológicas dependiam diretamente da organização morfológica das palavras. Fronteiras morfológicas passaram a desempenhar papel decisivo na delimitação de domínios fonológicos, enquanto categorias gramaticais passaram a influenciar a aplicação de regras sonoras, tornando progressivamente menos nítida a separação entre ambos os componentes.

Essa aproximação foi aprofundada pela Fonologia Lexical (Kiparsky, 1982, 1985), cuja principal contribuição consistiu em integrar processos fonológicos às etapas sucessivas da derivação morfológica. Diferentemente das abordagens anteriores, nas quais regras fonológicas eram frequentemente concebidas como operações posteriores à formação das palavras, a Fonologia Lexical propôs que alterações fonológicas ocorressem simultaneamente à aplicação de regras morfológicas organizadas em diferentes níveis do léxico. Essa perspectiva representou um avanço significativo ao reconhecer que muitos processos fonológicos somente podem ser compreendidos em função da estrutura morfológica que os desencadeia. Ao mesmo tempo, consolidou a ideia de que a interface entre fonologia e morfologia constitui um componente estrutural da gramática, e não apenas uma zona de contato entre módulos independentes.

Durante a década de 1990, a Morfologia Prosódica (McCarthy; Prince, 1993) ampliou ainda mais essa integração ao demonstrar que numerosos processos morfológicos são condicionados por propriedades prosódicas. Fenômenos como reduplicação, truncamento, infixação e formação de hipocorísticos passaram a ser explicados por meio da interação entre constituintes prosódicos e operações morfológicas, evidenciando que a organização sonora das palavras participa ativamente da construção de categorias gramaticais. Nesse modelo, a prosódia deixa de representar apenas um nível de realização fonética para assumir papel estruturante na própria arquitetura morfológica, reforçando a ideia de que ambos os componentes compartilham mecanismos de organização profundamente interdependentes.

Paralelamente, a Teoria da Otimalidade (Prince; Smolensky, 2004) substituiu a concepção derivacional clássica por um modelo baseado na interação entre restrições universais hierarquicamente organizadas. Sob essa perspectiva, as formas linguísticas resultam do equilíbrio entre diferentes exigências estruturais, permitindo explicar grande variedade de padrões fonológicos e morfológicos sem recorrer a regras ordenadas sequencialmente. A flexibilidade proporcionada por esse modelo favoreceu análises capazes de representar importantes diferenças tipológicas entre as línguas, uma vez que distintas hierarquias de restrições produzem sistemas gramaticais estruturalmente diversos. Ainda assim, grande parte das evidências utilizadas para fundamentar essas generalizações permaneceu concentrada em um conjunto relativamente reduzido de línguas amplamente descritas.

Em direção semelhante, a Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993) propôs que a formação das palavras não ocorre em um

componente morfológico independente, mas emerge da interação entre operações sintáticas, inserção vocabular e realização fonológica. Essa concepção rompe com a ideia de um léxico organizado como repositório de formas previamente estruturadas e enfatiza a natureza dinâmica da interface entre os diferentes níveis gramaticais. A realização fonológica deixa de ser compreendida como etapa meramente terminal da derivação, passando a participar diretamente da concretização das estruturas produzidas pela sintaxe. Embora represente uma das formulações mais sofisticadas da Linguística contemporânea, a Morfologia Distribuída também foi desenvolvida predominantemente a partir de línguas pertencentes a poucas famílias amplamente investigadas, circunstância que limita a avaliação de seu alcance tipológico.

Mais recentemente, abordagens como a Morfologia Construcional (Booij, 2010, 2012), os modelos baseados no uso (Bybee, 2010) e as perspectivas emergentistas passaram a questionar concepções estritamente modulares da gramática. Nesses modelos, padrões fonológicos e morfológicos são interpretados como construções que emergem do uso linguístico, da frequência de ocorrência e da generalização de esquemas cognitivos. Essa mudança desloca parcialmente o foco da explicação formal para processos de organização dinâmica do conhecimento linguístico, aproximando a análise da variabilidade observada nas línguas naturais. Ainda assim, mesmo essas abordagens frequentemente dependem de bases empíricas limitadas quando comparadas ao universo tipológico atualmente documentado.

A análise desse percurso histórico revela um aspecto comum a praticamente todas as tradições teóricas: cada avanço na compreensão da interface fonologia–morfologia esteve associado à

incorporação de novos fenômenos empíricos. Em outras palavras, a evolução dos modelos não decorreu exclusivamente de refinamentos conceituais internos, mas foi impulsionada pela necessidade de explicar dados que escapavam às formulações anteriores. Sob essa perspectiva, a história da interface pode ser compreendida como um processo contínuo de expansão do universo empírico considerado pela teoria.

Entretanto, essa expansão ocorreu de maneira desigual. Enquanto determinadas famílias linguísticas desempenharam papel central na consolidação dos modelos contemporâneos, milhares de línguas permaneceram praticamente ausentes do processo de elaboração das generalizações. O resultado foi a construção de teorias altamente sofisticadas, mas frequentemente fundamentadas em um conjunto empiricamente restrito de sistemas linguísticos. À medida que programas de documentação linguística passaram a revelar a complexidade estrutural de línguas anteriormente pouco conhecidas, tornou-se evidente que numerosos fenômenos morfofonológicos desafiam classificações estabelecidas e sugerem formas de interação entre fonologia e morfologia não previstas pelos modelos tradicionais.

Essa constatação conduz a uma mudança de perspectiva que orienta o presente trabalho. O desafio contemporâneo não consiste apenas em verificar se os modelos existentes conseguem acomodar novos dados, mas em questionar se a própria arquitetura dessas teorias deve ser reformulada à luz da ampliação da representatividade tipológica. Assim, a história da interface fonologia–morfologia deixa de ser interpretada como uma sucessão linear de modelos progressivamente mais completos e passa a ser compreendida como um processo de revisão permanente,

condicionado pela incorporação de novas evidências empíricas e pela crescente diversidade do conhecimento linguístico disponível.

4. O PROBLEMA DA REPRESENTATIVIDADE TIPOLÓGICA NA CONSTRUÇÃO DOS MODELOS LINGUÍSTICOS

A formulação de modelos linguísticos sempre esteve diretamente condicionada pelo conjunto de evidências empíricas disponíveis em determinado momento histórico. Como em qualquer ciência empírica, teorias sobre a linguagem emergem da observação sistemática de fenômenos, da identificação de regularidades e da elaboração de princípios capazes de explicar sua ocorrência. Entretanto, diferentemente de outras áreas do conhecimento, a Linguística enfrenta um desafio singular: seu objeto de investigação manifesta-se em aproximadamente sete mil línguas distribuídas em centenas de famílias linguísticas, cada uma delas representando soluções estruturais específicas para problemas comunicativos comuns. Nesse contexto, toda generalização sobre a linguagem humana depende, inevitavelmente, do grau de diversidade contemplado na construção da própria teoria.

Historicamente, contudo, a maior parte dos modelos responsáveis por descrever a arquitetura gramatical foi desenvolvida a partir de um conjunto relativamente reduzido de línguas. As primeiras descrições sistemáticas concentraram-se nas línguas clássicas, particularmente o latim e o grego, às quais posteriormente se somaram idiomas europeus modernos, como inglês, alemão, francês e russo. Com o desenvolvimento da Linguística estrutural e, posteriormente, da Gramática Gerativa, esse conjunto foi ampliado, mas permaneceu fortemente concentrado em poucas famílias linguísticas. Ainda que numerosos estudos posteriores tenham

incorporado dados de outras regiões do mundo, a base empírica que sustentou muito dos principais modelos permaneceu tipologicamente restrita.

Essa constatação não diminui a importância das teorias produzidas ao longo do século XX. Pelo contrário, evidencia que elas responderam de maneira extremamente eficaz aos problemas colocados pelos dados disponíveis em seu contexto de elaboração. O ponto central, entretanto, é reconhecer que toda teoria científica possui um domínio empírico de validade condicionado pelas evidências que lhe deram origem. À medida que novas descrições ampliam significativamente esse universo de observação, torna-se necessário reavaliar se as generalizações anteriormente formuladas permanecem suficientes para explicar a diversidade agora conhecida.

Nas últimas décadas, esse cenário modificou-se profundamente. O fortalecimento de programas internacionais de documentação linguística, o desenvolvimento de tecnologias de registro audiovisual, a ampliação das pesquisas colaborativas com comunidades indígenas e minoritárias e o crescimento da tipologia linguística proporcionaram acesso a uma quantidade inédita de descrições de línguas anteriormente pouco conhecidas. Essa expansão do conhecimento empírico revelou sistemas fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que frequentemente desafiam categorias tradicionalmente consideradas universais, demonstrando que a diversidade estrutural das línguas humanas é significativamente maior do que se supunha durante a consolidação dos principais modelos gramaticais.

No âmbito específico da interface entre fonologia e morfologia, essa ampliação produziu consequências particularmente relevantes. Diversas línguas documentadas nas últimas décadas apresentam sistemas nos quais processos fonológicos desempenham funções morfológicas centrais, enquanto categorias morfológicas condicionam de maneira sistemática a organização fonológica das palavras. Em muitas dessas situações, torna-se difícil estabelecer fronteiras claras entre ambos os componentes, pois as operações responsáveis pela formação das palavras distribuem-se simultaneamente por diferentes níveis da gramática. Esses fenômenos não constituem simples exceções às teorias existentes; ao contrário, evidenciam que determinadas configurações estruturais permaneceram invisíveis durante grande parte da história da Linguística em razão da limitada diversidade tipológica considerada na formulação dos modelos.

Essa discussão conduz a uma distinção conceitual fundamental entre universalidade e representatividade. Tradicionalmente, a busca por universais linguísticos concentrou-se na identificação de propriedades compartilhadas por todas ou pela maioria das línguas. Embora essa perspectiva tenha produzido contribuições decisivas para a compreensão da linguagem humana, ela frequentemente pressupôs que o conjunto de línguas analisadas era suficientemente representativo da diversidade existente. Entretanto, a expansão da documentação linguística demonstrou que a ausência de determinado fenômeno em uma amostra restrita não implica sua inexistência em outras tradições linguísticas. Da mesma forma, a recorrência de determinada propriedade em um conjunto limitado de línguas não autoriza, por si só, sua generalização para o conjunto da humanidade linguística.

Nesse sentido, a representatividade tipológica deve ser compreendida como condição prévia para a formulação de generalizações confiáveis. Uma teoria pode apresentar elevada consistência formal, grande poder explicativo e notável elegância descritiva, mas ainda assim possuir alcance limitado caso tenha sido construída sobre um universo empírico insuficientemente diverso. A robustez epistemológica de um modelo linguístico depende, portanto, não apenas da coerência interna de seus princípios, mas também da amplitude tipológica das evidências capazes de sustentá-lo. Essa perspectiva desloca o foco da discussão dos resultados produzidos pela teoria para as condições de sua própria construção.

É justamente nesse ponto que este artigo propõe uma mudança conceitual. Em vez de tratar a diversidade linguística como mecanismo destinado apenas a testar teorias previamente estabelecidas, defende-se que ela participe da própria elaboração dos modelos. Em outras palavras, a documentação de línguas subdocumentadas não deve ser concebida exclusivamente como etapa posterior de validação empírica, mas como componente constitutivo da formulação teórica. Essa inversão altera profundamente a lógica tradicional da investigação linguística: os dados deixam de ser utilizados apenas para confirmar hipóteses previamente formuladas e passam a desempenhar papel ativo na definição das categorias analíticas, dos conceitos e das relações estruturais que compõem o modelo.

Essa perspectiva aproxima-se de uma concepção dinâmica da teoria linguística. Em vez de considerar os modelos como estruturas fechadas, destinadas apenas à acomodação de novos exemplos, propõe-se compreendê-los como sistemas abertos,

permanentemente suscetíveis a refinamentos decorrentes da incorporação de novas evidências empíricas. Nessa concepção, o desenvolvimento científico não consiste apenas na substituição de teorias antigas por formulações mais recentes, mas em um processo contínuo de reconstrução conceitual impulsionado pela ampliação do conhecimento sobre a diversidade das línguas humanas.

Essa mudança possui implicações particularmente relevantes para os estudos da interface fonologia–morfologia. Se diferentes famílias linguísticas distribuem de maneiras distintas as responsabilidades entre processos fonológicos e morfológicos, torna-se improvável que um único modelo elaborado a partir de um conjunto restrito de línguas consiga representar satisfatoriamente toda essa diversidade. O desafio contemporâneo deixa de ser identificar qual teoria explica melhor determinados fenômenos e passa a consistir em construir modelos suficientemente flexíveis para acomodar múltiplas formas de organização gramatical sem perder capacidade explicativa.

É precisamente a partir dessa constatação que se fundamenta a principal contribuição deste trabalho. Defende-se que a representatividade tipológica constitui um requisito epistemológico para a construção de modelos linguísticos, pois somente a incorporação sistemática de evidências provenientes de diferentes tradições linguísticas permite avaliar adequadamente o alcance explicativo das generalizações propostas. Não se trata de abandonar os modelos consolidados pela tradição, mas de reconhecer que sua validade depende da permanente ampliação do universo empírico considerado. Sob essa perspectiva, a diversidade linguística deixa de ocupar posição periférica na investigação científica e passa a constituir elemento estruturante da própria elaboração do conhecimento.

Essa concepção conduz diretamente à proposta desenvolvida nas próximas seções deste artigo. Se a representatividade tipológica constitui requisito epistemológico para a formulação das teorias, torna-se necessário conceber um modelo da interface fonologia–morfologia cuja arquitetura seja construída desde o início para incorporar a diversidade estrutural das línguas humanas. Antes de apresentar essa proposta, entretanto, faz-se necessário examinar evidências empíricas provenientes de diferentes famílias linguísticas que ilustram concretamente como a ampliação do universo tipológico desafia e, simultaneamente, enriquece a compreensão contemporânea da interface entre fonologia e morfologia.

5. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA INTERFACE FONOLOGIA–MORFOLOGIA EM LÍNGUAS SUBDOCUMENTADAS

A discussão desenvolvida nas seções anteriores demonstrou que a compreensão contemporânea da interface entre fonologia e morfologia depende diretamente da diversidade empírica considerada na formulação dos modelos linguísticos. Entretanto, essa afirmação somente adquire consistência científica quando confrontada com dados provenientes de diferentes tradições linguísticas. Assim, esta seção reúne evidências descritas na literatura especializada que ilustram como línguas tipologicamente diversas distribuem de maneiras distintas as relações entre processos fonológicos e morfológicos, revelando configurações estruturais que frequentemente extrapolam as previsões dos modelos clássicos.

A seleção dos exemplos não pretende oferecer um inventário exaustivo da diversidade morfofonológica mundial. Ao contrário, busca evidenciar diferentes mecanismos de interação

documentados em famílias linguísticas geográfica e genealogicamente distintas, permitindo observar como a ampliação da representatividade tipológica modifica a compreensão da interface fonologia–morfologia. Para fins analíticos, os fenômenos foram organizados em cinco categorias principais: (i) alomorfia condicionada fonologicamente; (ii) processos prosódicos na formação morfológica; (iii) interação entre tom e morfologia; (iv) reduplicação e estrutura prosódica; e (v) reorganização morfofonológica em sistemas complexos.

5.1. Alomorfia Condicionada Fonologicamente

Entre os fenômenos mais frequentemente associados à interface fonologia–morfologia destaca-se a alomorfia condicionada por fatores fonológicos. Nesses casos, diferentes realizações de um mesmo morfema não decorrem de diferenças semânticas ou sintáticas, mas da necessidade de satisfazer restrições impostas pela estrutura fonológica da língua.

Embora exemplos clássicos provenientes do inglês, como a realização do plural em *cats* /s/, *dogs* /z/ e *horses* /ɪz/, sejam amplamente utilizados na literatura introdutória, diversas línguas subdocumentadas apresentam sistemas significativamente mais complexos. Em diferentes línguas amazônicas, por exemplo, a forma dos afixos varia em função de padrões de nasalidade, harmonia vocálica, estrutura silábica ou distribuição acentual, produzindo sistemas de alomorfia que dificilmente podem ser descritos apenas como adaptações fonéticas superficiais.

Estudos sobre línguas da família Tukano evidenciam situações em que a escolha do alomorfe depende simultaneamente de

propriedades segmentais, prosódicas e morfológicas, indicando que a distinção tradicional entre condicionamento fonológico e condicionamento morfológico nem sempre é suficiente para explicar o comportamento dos morfemas. Nesses contextos, a própria definição da unidade morfológica passa a depender das propriedades fonológicas que caracterizam o domínio em que ela ocorre.

Esses sistemas demonstram que a alomorfia não constitui apenas um mecanismo de adaptação fonética, mas pode representar um princípio organizador da arquitetura morfológica da língua.

5.2. Harmonia Vocálica e Organização Morfológica

Outro conjunto de evidências particularmente relevante corresponde aos sistemas de harmonia vocálica. Tradicionalmente interpretada como fenômeno fonológico, a harmonia revela, em diversas línguas, estreita dependência da organização morfológica. Línguas urálicas, níger-congolesas e numerosas línguas amazônicas apresentam afixos cuja forma fonológica é determinada pela estrutura vocálica da base lexical. Entretanto, diferentes descrições mostram que essa adaptação não se limita à assimilação fonética. Em muitos casos, fronteiras morfológicas delimitam precisamente o domínio de aplicação da harmonia, enquanto determinadas categorias gramaticais interrompem, bloqueiam ou propagam o processo.

Em línguas arawak, por exemplo, processos de harmonia frequentemente acompanham a anexação de morfemas derivacionais, produzindo reorganizações fonológicas que afetam toda a palavra. O resultado é um sistema no qual operações

fonológicas participam diretamente da formação morfológica, tornando inadequada qualquer descrição que trate ambos os componentes de forma independente.

Essas observações reforçam a ideia de que a interface fonologia–morfologia constitui um domínio integrado de organização gramatical.

5.3. Tom Como Marcador Morfológico

Entre as evidências mais expressivas provenientes de línguas subdocumentadas destacam-se os sistemas tonais. Em numerosas línguas africanas, asiáticas e amazônicas, alterações tonais desempenham funções morfológicas equivalentes às exercidas por afixos em outras tradições linguísticas.

Nas línguas bantas, por exemplo, modificações no padrão tonal distinguem categorias verbais, relações aspectuais, concordância e diferentes configurações sintáticas. Em vez da inserção de segmentos adicionais, a informação gramatical é codificada pela reorganização do contorno tonal da palavra.

Situação semelhante pode ser observada em diferentes línguas da família Níger-Congo, nas quais operações tradicionalmente classificadas como fonológicas desempenham papel central na expressão da morfologia flexional. A distinção entre tempo verbal, aspecto ou modalidade pode depender exclusivamente da distribuição tonal, sem qualquer alteração segmental.

Esses sistemas desafiam concepções que associam a morfologia exclusivamente à concatenação de morfemas lineares, evidenciando

que propriedades fonológicas podem constituir, elas próprias, unidades morfológicas.

5.4. Reduplicação e Estrutura Prosódica

A reduplicação constitui um dos fenômenos mais explorados pela Morfologia Prosódica, mas continua oferecendo importantes evidências para a discussão da interface. Diversas línguas austronésias, papuas e indígenas americanas apresentam sistemas nos quais a reduplicação não cópia segmentos arbitrariamente, mas unidades prosódicas específicas, como sílabas, pés métricos ou palavras fonológicas.

Em Tagalog, Maori, Samoano e em diferentes línguas amazônicas, a extensão da reduplicação é determinada pela estrutura prosódica da palavra, não pela segmentação morfológica tradicional. A formação de plural, intensidade, aspecto iterativo ou distributividade depende da organização fonológica da base lexical.

Esses processos demonstram que categorias morfológicas são frequentemente construídas a partir de constituintes fonológicos, reforçando a impossibilidade de compreender ambos os domínios como componentes completamente independentes.

5.5. Morfofonologia em Sistemas Altamente Integrados

Talvez os exemplos mais desafiadores para os modelos clássicos sejam encontrados em línguas nas quais praticamente toda operação morfológica produz reorganizações fonológicas profundas.

Descrições de línguas como Navajo, Wari', Kuikuro, Baniwa e Xavante mostram que processos de apagamento, assimilação, metátese,

nasalização, alongamento vocálico, mudanças tonais e reorganização prosódica acompanham sistematicamente a anexação de morfemas.

Nesses sistemas, torna-se difícil estabelecer onde termina a fonologia e onde começa a morfologia, pois ambos os componentes operam simultaneamente durante a formação das palavras.

Essa constatação possui importantes implicações teóricas. Em vez de compreender a interface como simples zona de contato entre módulos independentes, essas línguas sugerem que a interação entre fonologia e morfologia constitui um continuum de operações gramaticais cuja organização depende da história, da tipologia e da arquitetura específica de cada sistema linguístico.

A análise dos fenômenos apresentados permite identificar um padrão recorrente: quanto maior a diversidade tipológica considerada, mais variadas tornam-se as formas de interação entre fonologia e morfologia. Processos tradicionalmente classificados como exclusivamente fonológicos frequentemente assumem funções morfológicas, enquanto operações morfológicas reorganizam sistematicamente a estrutura fonológica das palavras. Essa variabilidade não representa um conjunto de exceções isoladas, mas evidencia que a arquitetura da interface é significativamente mais flexível do que sugerem modelos construídos a partir de um número reduzido de línguas.

Sob essa perspectiva, as evidências discutidas sustentam empiricamente a tese desenvolvida ao longo do artigo: a representatividade tipológica constitui condição indispensável para a formulação de modelos linguísticos capazes de explicar

adequadamente a diversidade estrutural das línguas humanas. Mais do que ampliar o repertório de exemplos disponíveis, a incorporação sistemática de línguas subdocumentadas modifica os próprios critérios utilizados para compreender a relação entre fonologia e morfologia, exigindo uma reformulação da arquitetura conceitual que fundamenta essa interface.

6. MODELO TIPOLOGICAMENTE SENSÍVEL DA INTERFACE FONOLOGIA–MORFOLOGIA (MTSIFM): UMA PROPOSTA TEÓRICA

As discussões desenvolvidas nas seções anteriores convergem para uma conclusão comum: a crescente incorporação de evidências provenientes de línguas tipologicamente diversas não apenas amplia o conjunto de fenômenos conhecidos, mas modifica os próprios pressupostos sobre os quais tradicionalmente se construiu a compreensão da interface entre fonologia e morfologia. Em vez de representar exceções aos modelos consolidados, muitos dos fenômenos documentados nas últimas décadas revelam possibilidades estruturais que permaneciam invisíveis quando a elaboração teórica estava fundamentada em um universo empiricamente restrito de línguas. Diante desse cenário, torna-se insuficiente apenas adaptar modelos existentes para acomodar novos dados; faz-se necessário propor uma arquitetura conceitual que incorpore, desde sua formulação, a diversidade tipológica como princípio constitutivo da investigação linguística.

É com esse propósito que se propõe o Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia (MTSIFM). Diferentemente das abordagens que procuram estabelecer um conjunto fixo de relações entre componentes gramaticais, o modelo parte do princípio de que a organização da interface constitui um

domínio dinâmico, cuja descrição depende da diversidade estrutural efetivamente observada nas línguas naturais. Nessa perspectiva, a teoria não antecede os dados de forma absoluta; ao contrário, desenvolve-se continuamente a partir da incorporação sistemática de novas evidências empíricas.

O MTSIFM fundamenta-se em uma concepção segundo a qual a interface fonologia–morfologia não deve ser compreendida como uma região estática situada entre dois módulos independentes da gramática. Propõe-se interpretá-la como um espaço de interação variável, no qual os diferentes sistemas linguísticos distribuem, de maneira própria, as responsabilidades entre processos fonológicos e morfológicos. Em algumas línguas, a organização fonológica desempenha papel predominante na estruturação morfológica; em outras, a morfologia condiciona profundamente a realização fonológica; em muitas, ambas as dimensões operam de forma simultânea e inseparável. A diversidade dessas configurações constitui precisamente o objeto que o modelo procura representar.

Essa proposta apoia-se em cinco princípios fundamentais.

6.1. Princípio da Representatividade Tipológica

O primeiro princípio estabelece que nenhuma teoria sobre a interface pode reivindicar validade geral se estiver fundamentada em um conjunto tipologicamente restrito de línguas. A representatividade tipológica deixa de constituir apenas um critério metodológico para seleção de dados e passa a integrar a própria definição da qualidade epistemológica do modelo. Quanto maior a diversidade estrutural incorporada durante sua elaboração, maior tende a ser seu alcance explicativo.

Esse princípio não implica a necessidade de analisar todas as línguas existentes, objetivo evidentemente inalcançável, mas exige que a construção das generalizações considere diferentes famílias linguísticas, diferentes tradições estruturais e diferentes estratégias gramaticais de organização da interface.

6.2. Princípio da Variabilidade Estrutural

O segundo princípio afirma que a interação entre fonologia e morfologia não apresenta configuração única ou universal. Cada sistema linguístico organiza essa relação segundo padrões historicamente construídos, resultando em diferentes graus de dependência entre ambos os componentes.

Essa perspectiva substitui a busca por um único mecanismo universal pela investigação das diferentes formas pelas quais as línguas distribuem funções entre processos fonológicos e morfológicos. A teoria deixa, assim, de privilegiar um padrão considerado prototípico e passa a descrever a pluralidade de soluções estruturais documentadas na diversidade linguística.

6.3. Princípio da Integração Dinâmica

O terceiro princípio rejeita a concepção de módulos rigidamente separados. Fonologia e morfologia são compreendidas como componentes funcionalmente distintos, porém estruturalmente interdependentes.

A intensidade dessa interdependência varia conforme cada língua. Em determinados sistemas, alterações fonológicas possuem impacto limitado sobre a morfologia; em outros, processos como harmonia vocálica, reorganização tonal, reduplicação ou mudanças

prosódicas participam diretamente da constituição das categorias morfológicas.

O modelo reconhece, portanto, que a interface constitui um continuum de interações e não um limite fixo entre domínios independentes.

6.4. Princípio da Abertura Empírica

Uma das diferenças fundamentais entre o MTSIFM e diversos modelos tradicionais reside em sua natureza epistemológica aberta.

O modelo assume explicitamente que nenhuma descrição da interface pode ser considerada definitiva. Novas descrições linguísticas possuem potencial para ampliar, modificar ou reformular as categorias analíticas anteriormente estabelecidas.

Consequentemente, a documentação de línguas subdocumentadas deixa de ocupar posição periférica na investigação científica e passa a representar mecanismo permanente de refinamento da teoria.

6.5. Princípio da Revisão Contínua

Como consequência dos princípios anteriores, o MTSIFM compreende a construção do conhecimento linguístico como processo cumulativo e permanentemente revisável. A teoria não se encerra em um conjunto fixo de postulados; ela evolui à medida que novos sistemas linguísticos são descritos e analisados.

Esse princípio aproxima a Linguística de outras ciências empíricas, nas quais a expansão do universo observacional conduz continuamente ao aperfeiçoamento dos modelos explicativos.

O Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia (MTSIFM) não pretende substituir os modelos que historicamente estruturaram os estudos da interface, mas oferecer um enquadramento teórico capaz de ampliar seu alcance explicativo diante da crescente diversidade de evidências produzidas pela documentação linguística contemporânea. Sua principal inovação reside em deslocar o foco da discussão da busca por mecanismos universalmente estáveis para a construção de um modelo cuja validade depende da incorporação sistemática da representatividade tipológica como princípio constitutivo da investigação científica.

Sob essa perspectiva, a interface entre fonologia e morfologia deixa de ser concebida como um domínio previamente delimitado por fronteiras rígidas entre componentes gramaticais e passa a ser compreendida como um espaço dinâmico de interação, cuja configuração varia conforme as estratégias estruturais desenvolvidas pelas diferentes línguas. Essa mudança não implica relativizar a possibilidade de formulação de generalizações, mas reconhecer que sua robustez científica depende da amplitude e da diversidade do universo empírico considerado em sua elaboração. Quanto mais representativa for a base tipológica que sustenta um modelo, maior será sua capacidade de explicar a complexidade da linguagem humana.

Nessa direção, o MTSIFM propõe uma reorientação epistemológica dos estudos da interface fonologia–morfologia ao defender que a documentação de línguas subdocumentadas não constitui apenas uma fonte complementar de exemplos, mas um elemento indispensável para a própria construção da teoria linguística. A diversidade tipológica deixa, assim, de desempenhar um papel

periférico de validação empírica e passa a integrar o núcleo da atividade explicativa, influenciando a definição das categorias analíticas, a formulação das generalizações e a revisão contínua dos modelos.

Mais do que oferecer respostas definitivas, a proposta apresentada busca estabelecer um programa de investigação aberto, no qual a expansão do conhecimento sobre as línguas do mundo seja compreendida como condição permanente para o aperfeiçoamento da teoria linguística. Nesse sentido, o Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia deve ser entendido como um ponto de partida para novas pesquisas, convidando a comunidade científica a reexaminar criticamente os fundamentos empíricos e epistemológicos que sustentam a descrição das interfaces gramaticais. Ao incorporar a diversidade linguística como princípio estruturante da elaboração teórica, o modelo pretende contribuir para uma compreensão mais abrangente, representativa e cientificamente consistente da interação entre fonologia e morfologia, reafirmando que a evolução da Linguística depende não apenas do refinamento de seus modelos, mas também da ampliação contínua das vozes linguísticas que lhes dão sustentação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interface entre fonologia e morfologia constitui um dos domínios mais complexos da arquitetura gramatical, justamente porque reúne processos cuja organização transcende os limites tradicionalmente estabelecidos entre os diferentes componentes da linguagem. Ao longo do desenvolvimento da Linguística moderna, sucessivos modelos contribuíram de maneira decisiva para compreender essa interação, oferecendo instrumentos analíticos

que permitiram descrever fenômenos até então pouco sistematizados. Entretanto, como demonstrado neste estudo, a evolução dessas abordagens esteve intimamente relacionada ao conjunto de evidências empíricas disponíveis em cada momento histórico, circunstância que condicionou tanto o alcance quanto as limitações de suas generalizações.

Partindo dessa constatação, este artigo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida a incorporação sistemática de evidências provenientes de línguas subdocumentadas exige a reformulação dos modelos contemporâneos da interface entre fonologia e morfologia? A análise desenvolvida ao longo do trabalho permite sustentar que a ampliação da documentação linguística não representa apenas um acréscimo quantitativo de novos exemplos à literatura especializada. Ao revelar configurações estruturais historicamente ausentes da construção dos modelos clássicos, essas descrições modificam qualitativamente a compreensão da própria natureza da interface, evidenciando formas de interação entre processos fonológicos e morfológicos que frequentemente extrapolam os limites previstos pelas teorias consolidadas.

Nesse contexto, argumentou-se que a diversidade tipológica não deve ser compreendida apenas como um recurso metodológico destinado à validação de hipóteses previamente formuladas. Defendeu-se que ela constitui um requisito epistemológico para a construção de modelos linguísticos capazes de representar adequadamente a complexidade da linguagem humana. Essa mudança de perspectiva desloca o centro da investigação científica da simples busca por universais para a reflexão sobre as condições empíricas que tornam tais generalizações legitimamente

formuláveis. Em outras palavras, a robustez de uma teoria passa a depender não apenas de sua coerência formal, mas também da representatividade tipológica das evidências que sustentam suas proposições.

As evidências analisadas ao longo do artigo reforçam essa interpretação. Fenômenos como alomorfia condicionada fonologicamente, harmonia vocálica, reorganização tonal, reduplicação prosódica e sistemas altamente integrados de morfofonologia demonstram que as diferentes línguas distribuem de maneiras variadas as responsabilidades entre fonologia e morfologia. Longe de constituírem exceções marginais, essas configurações estruturais revelam que a interface apresenta um grau de variabilidade significativamente superior ao pressuposto por modelos elaborados com base em conjuntos tipologicamente limitados de línguas. A diversidade observada evidencia que a interação entre os componentes gramaticais não pode ser descrita satisfatoriamente por meio de relações invariáveis ou rigidamente hierarquizadas.

A principal contribuição deste estudo consiste na proposição do Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia (MTSIFM). Diferentemente das abordagens que procuram estabelecer uma arquitetura única para a interação entre esses componentes, o modelo parte do princípio de que a diversidade tipológica deve integrar a própria construção da teoria. Seus cinco princípios — representatividade tipológica, variabilidade estrutural, integração dinâmica, abertura empírica e revisão contínua — procuram oferecer um quadro conceitual suficientemente flexível para incorporar novas evidências produzidas pela documentação linguística contemporânea, sem abandonar as contribuições

fundamentais dos modelos desenvolvidos ao longo da tradição estrutural e gerativista.

Sob essa perspectiva, o MTSIFM não pretende substituir teorias consolidadas, mas ampliar seu alcance explicativo. Sua proposta central consiste em compreender a interface fonologia–morfologia como um domínio dinâmico de organização gramatical, cuja descrição depende da incorporação sistemática da diversidade estrutural das línguas humanas. Essa concepção permite reinterpretar a documentação de línguas subdocumentadas não como atividade periférica voltada exclusivamente à preservação do patrimônio linguístico, mas como componente indispensável para o desenvolvimento da teoria linguística. As descrições produzidas por esses estudos deixam de representar apenas novas fontes de exemplos e passam a constituir elementos fundamentais para a revisão, o refinamento e a expansão dos modelos explicativos.

As implicações dessa proposta ultrapassam os limites da interface fonologia–morfologia. Ao reconhecer a representatividade tipológica como requisito epistemológico, o presente trabalho sugere que o mesmo princípio pode ser estendido a outras interfaces gramaticais, como fonologia–sintaxe, morfologia–semântica, sintaxe–pragmática e léxico–discurso. Da mesma forma, a perspectiva aqui desenvolvida dialoga diretamente com a Tipologia Linguística, a Documentação Linguística, a Linguística Cognitiva e os estudos sobre universais linguísticos, contribuindo para uma concepção de teoria científica mais sensível à pluralidade das formas pelas quais as línguas humanas organizam seus sistemas gramaticais.

Embora os objetivos propostos tenham sido alcançados, reconhecem-se algumas limitações inerentes à presente

investigação. Por tratar-se de uma pesquisa de natureza teórica, a análise fundamentou-se em descrições previamente publicadas, não envolvendo trabalho de campo nem a constituição de um corpus próprio. Além disso, a diversidade linguística mundial impossibilita contemplar todas as famílias existentes, razão pela qual os exemplos discutidos devem ser compreendidos como representativos de diferentes configurações estruturais e não como um levantamento exaustivo das possibilidades de interação entre fonologia e morfologia. Essas limitações, entretanto, não comprometem a principal contribuição do estudo, mas indicam caminhos para seu aprofundamento em pesquisas futuras.

Nesse sentido, investigações posteriores poderão ampliar empiricamente o Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia mediante a incorporação de corpora multilíngues, análises quantitativas de fenômenos morfofonológicos e estudos comparativos envolvendo um número mais amplo de famílias linguísticas. Também se mostra promissora a aplicação do modelo a descrições de línguas ameaçadas, projetos de documentação linguística e pesquisas experimentais, possibilitando avaliar sua capacidade explicativa em diferentes contextos analíticos. Da mesma forma, o desenvolvimento de métricas para avaliar o grau de representatividade tipológica dos corpora utilizados na formulação de teorias constitui uma agenda de investigação particularmente relevante para os próximos anos.

Por fim, este trabalho sustenta que o avanço da Linguística contemporânea depende não apenas do refinamento formal de seus modelos, mas da ampliação contínua do universo empírico sobre o qual eles são construídos. Em um cenário marcado pelo crescimento da documentação de línguas historicamente

subrepresentadas, torna-se cada vez mais evidente que a diversidade linguística não pode ser tratada como elemento periférico da investigação científica. Ao contrário, ela constitui a condição que possibilita revisar, expandir e fortalecer as teorias responsáveis por explicar a linguagem humana. É precisamente nessa direção que o Modelo Tipologicamente Sensível da Interface Fonologia–Morfologia se insere: como uma proposta orientada para uma Linguística mais empiricamente abrangente, teoricamente flexível e epistemologicamente comprometida com a pluralidade estrutural das línguas do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

AUSTIN, Peter K. Language documentation in the 21st century. *Journal of Language Documentation and Conservation*, Honolulu, n. 3, p. 57–71, 2014.

AUSTIN, Peter K.; SALLABANK, Julia (ed.). *The Cambridge handbook of endangered languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.

BOOIJ, Geert. *The grammar of words: an introduction to linguistic morphology*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BOWERN, Claire. *Linguistic fieldwork: a practical guide*. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2015.

EVANS, Nicholas. *Dying words: endangered languages and what they have to tell us*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

GOLDSMITH, John A. *Autosegmental phonology*. New York: Garland Publishing, 1976.

GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. *Saving languages: an introduction to language revitalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, Samuel Jay (ed.). *The view from Building 20: essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111–176.

HASPELMATH, Martin. *Explaining grammatical universals*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

HASPELMATH, Martin. Pre-established categories don't exist: consequences for language description and typology. *Linguistic Typology*, Berlin, v. 11, n. 1, p. 119–132, 2007.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Documentary and descriptive linguistics. *Linguistics*, Berlin, v. 36, n. 1, p. 161–195, 1998.

HOCKETT, Charles F. *A course in modern linguistics*. New York: Macmillan, 1958.

KIPARSKY, Paul. Lexical morphology and phonology. In: YANG, In-Seok (ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 3–91.

KIPARSKY, Paul. Some consequences of lexical phonology. *Phonology Yearbook*, Cambridge, v. 2, p. 85–138, 1985.

MCCARTHY, John J. A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, MA, v. 12, n. 3, p. 373–418, 1981.

MCCARTHY, John J. *Optimal paradigms*. In: DOWNING, Laura J.; HALL, T. Alan; RAFFELSIEFEN, Renate (ed.). *Paradigms in phonological theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 170–210.

MCCARTHY, John J.; PRINCE, Alan. Prosodic morphology I: constraint interaction and satisfaction. Amherst: University of Massachusetts, Rutgers University, 1993.

MOSEL, Ulrike. Fieldwork and documentary linguistics. In: GIPPERT, Jost; HIMMELMANN, Nikolaus P.; MOSEL, Ulrike (ed.). *Essentials of language documentation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 67–85.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. Malden: Blackwell, 2004.

RICE, Keren. Ethical issues in linguistic fieldwork: an overview. *Journal of Academic Ethics*, Dordrecht, v. 4, n. 1, p. 123–155, 2006.

SELKIRK, Elisabeth O. *Phonology and syntax: the relation between sound and structure*. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

SELKIRK, Elisabeth O. *The syntax of words*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

SPENCER, Andrew. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Oxford: Blackwell, 1991.

WOODBURY, Anthony C. Language documentation. In: AUSTIN, Peter K.; SALLABANK, Julia (ed.). *The Cambridge handbook of endangered languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 159–186.

---

[1] Doutorando em Linguística no Programa de Pós- Graduação em Linguística da UnB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Doutorando em Linguística no Programa de Pós- Graduação em Linguística da UnB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Mestra em Linguística Aplicada pela UnB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] Mestra em Literatura pela UnB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[5] Mestra em Linguística pela UnB. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail